



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONCURSO PÚBLICO

Cargo:

**Analista Legislativo / Assistente Técnico
FC de Consultor Legislativo**

Área XIV

**Prova 2 – Discursiva – 1.ª Parte
Aplicação: 2/11/2002**

CEESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém a 1.ª Parte da Prova 2 – Discursiva e quatro páginas para rascunho, duas para o Texto 1 e duas para o Texto 2.
2. As páginas para rascunho são de uso opcional, não contariam, portanto, para efeito de avaliação.
3. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
4. Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CEESPE.
5. Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
6. Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
7. A duração desta parte da prova discursiva é de três horas, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos definitivos para as respectivas folhas.
8. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo e devolva-lhe todas as folhas de textos definitivos, receba o seu documento de identidade e deixe o local de prova.
9. Será anulada o texto definitivo que for escrito a lápis ou tiver identificação fora do local apropriado.
10. Sua prova será anulada se for devolvida com as folhas de textos definitivos destacadas ou rasgadas.

AGENDA

1. 31/10/2002 – Data provável de divulgação do resultado provisório da prova discursiva, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.ceespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CEESPE/UnB — em Brasília.
2. 4, 5 e 6/12/2002 – Recebimento de recursos contra o resultado provisório da prova discursiva, exclusivamente nos locais e horários a serem informados juntamente com a divulgação desse resultado.
3. 18/12/2002 – Data provável de divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial da União e nos locais mencionados no item 1, do resultado final da prova discursiva e da convocação para a prova de títulos.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conferimento/recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 do Edital n.º 1/2002 – CD, de 16/7/2002.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(0800) 61-446-0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.

PROVA 2 – DISCURSIVA – 1.ª PARTE – TEXTO 1

- Para produzir a dissertação relativa ao Texto 1, que vale **trinta** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 1** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Obedeça aos limites de extensão determinados. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **quarenta e cinco** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 1**, é obrigatória a indicação, no campo próprio, do tema escolhido (1 ou 2).

ATENÇÃO! Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Para elaborar a dissertação correspondente ao **Texto 1**, escolha um dos temas a seguir.

Tema 1

O argumento de nossa tese é fundado na percepção de que as estruturas e os processos em que se insere a regulação afetarão, de maneira significativa, a sua eficácia e, portanto, devem ser considerados no momento em que é implementado o ambiente regulatório. Em relação às estruturas, devem ser consideradas questões atinentes à distribuição dos direitos de regular entre diferentes agências governamentais, os objetivos e os recursos dessas agências, os procedimentos de escolha dos seus dirigentes e os incentivos estabelecidos para a sua atuação. Em relação ao processo regulatório, há que se considerar o tipo e o momento da intervenção, assim como as formas de coordenação, competição e comunicação entre as diferentes organizações durante a atividade regulatória.

Considerando as idéias apresentadas no texto acima, que têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do tema a seguir:

PROCESSO REGULATÓRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES.

Em sua dissertação, devem ser abordados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ papel das estruturas e dos processos inerentes à regulação das telecomunicações, do ponto de vista conceitual;
- ▶ características e avaliação das estruturas e processos no ambiente regulatório do setor de telecomunicações brasileiro;
- ▶ distribuição dos direitos regulatórios entre diferentes agências governamentais e principais restrições para a eficácia da regulação nesse setor;
- ▶ propostas de alterações de caráter legal/normativo para aperfeiçoar o ambiente regulatório das telecomunicações no Brasil.

Tema 2

O paradigma cultural que predominou por mais de três séculos na civilização ocidental — pragmático-cartesiano (“penso, logo existo”) — se traduz como uma forma de pensar que distingue as partes sem considerar as suas conexões com o todo, separando os indivíduos da sociedade ou da espécie, a cooperação da competição, o pensamento da mente, os textos dos contextos, a alma do corpo e a existência da essência. A humanidade precisa reaprender a pensar de forma distinta para compreender as suas próprias contradições. O processo de globalização trouxe também a exclusão. Alguns estão condenados ao analfabetismo tecnológico, fato esse acentuado pelo desenvolvimento da tecnologia da informação. Talvez seja possível conceber formas de organização mais solidárias e inclusivas. Há que se acreditar na recriação humana e na possibilidade de uma cidadania global. O progresso tecnológico criou novos requisitos à educação e à realização pelo trabalho.

Uma nova cultura está emergindo e poderá servir de modelo de pensamento para orientar uma práxis diferente. A educação precisa realizar seu papel libertário para que seja inventada uma nova sociedade em que as conexões afetivas possam tecer redes de novos conhecimentos. Atuar na construção de uma história, em que cada autor potencialize suas redes e a teia global e, ao mesmo tempo, delas se nutra.

Considerando as idéias apresentadas no texto acima, que têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do tema a seguir:

INCLUSÃO DIGITAL: UMA QUESTÃO DE CIDADANIA.

Em sua dissertação, devem ser abordados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ as implicações sociais da exclusão digital;
- ▶ as relações entre indivíduo, sociedade e espécie;
- ▶ o trabalho na nova economia;
- ▶ o papel da educação;
- ▶ o programa da Sociedade da Informação (SOCINFO) no Brasil.

RASCUNHO PARA O TEXTO 1 – 1 / 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Atenção! Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 1**, é obrigatória a indicação do tema escolhido.

RASCUNHO PARA O TEXTO 1 – 2 / 2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Atenção! Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 1**, é obrigatória a indicação do tema escolhido.

PROVA 2 – DISCURSIVA – 1.ª PARTE – TEXTO 2

- Para produzir o discurso relativo ao Texto 2, que vale **vinte** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 2** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Obedeça aos limites de extensão determinados. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **quarenta e cinco** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 2**, é obrigatória a indicação, no campo próprio, do tema escolhido (1 ou 2).

ATENÇÃO! Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Para elaborar o discurso parlamentar correspondente ao **Texto 2**, escolha um dos temas a seguir.

Tema 1

Não será possível prescindir de agências reguladoras dispostas a formular regras de financiamento da universalização em que as potencialidades redistributivas de um país de renda altamente concentrada sejam exploradas. A África do Sul, por exemplo, criou uma agência reguladora da universalização (Universal Service Agency) cujo papel é pesquisar e recomendar políticas para atingir a universalização. Essa iniciativa mostra que há um raciocínio que, como pano de fundo, elege a universalização como meta concreta que merece atenção constante.

Não faz sentido que os pobres paguem pela universalização, mas, se as concessionárias privadas do serviço público não podem fazê-lo, por que não pensar numa política de subsídios cruzados na qual os recursos para a universalização se originem de uma combinação de capitais privados, abrangendo concessionárias e também o consumidor de alta renda? Há que se explorar, igualmente, novas concepções da universalização relacionadas à tecnologia da informação....

Para tudo isso, é muito importante abandonar a recorrente comparação da privatização com o antigo estatismo, pois ela traz o engano conformista de que “ao menos, tudo está melhor do que antes”, e este dificulta o exercício de uma imaginação institucional de regulação para países subdesenvolvidos nos quais a universalização do serviço público é uma tarefa inacabada. Como fazê-lo em um contexto macroeconômico complexo e de profunda dependência de capitais externos e de poder econômico corporativo freqüentemente intimidador das autoridades reguladoras é o maior desafio para que possamos desenvolver uma regulação mais adequada do nosso serviço público.

Diogo R. Coutinho. *Privatização, regulação e o desafio da universalização do serviço público no Brasil*. In: José Eduardo Faria (org). *Regulação, direito e democracia*. Editora Fundação Perseu Abramo, março de 2002 (com adaptações).

Considerando as idéias apresentadas no texto acima, que têm caráter unicamente motivador, redija um discurso parlamentar, posicionando-se acerca do seguinte tema:

UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E REGIME TARIFÁRIO.

Em seu discurso, devem ser abordados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ definição e implementação das metas de qualidade e universalização dos serviços de telecomunicação;
- ▶ definição e implementação do atual regime tarifário, destacando o tratamento das questões pertinentes aos aspectos distributivos e à concessão de subsídios cruzados;
- ▶ avaliação das organizações e instituições regulatórias do setor de telecomunicações, examinando seu papel e desempenho no que se refere às questões distributivas;
- ▶ medidas que possam ser implementadas e que venham a contribuir para o melhor desempenho da política de telecomunicações, principalmente no que se refere às metas de qualidade e universalização dos serviços e ao seu impacto do ponto de vista distributivo.

A estratégia montada para a fusão das cinco operadoras de telefonia celular da Portugal Telecom (PT) e a Telefônica passa pela compra de operadoras já instaladas. Não prevê o aumento da área de atuação do grupo por meio de novas licenças, como compra de frequências das bandas D e E, cujo leilão está marcado para novembro.

Na sexta-feira, exatamente no mesmo dia em que a TIM inaugurou a operação nacional, Telefônica e Portugal Telecom divulgaram comunicado informando que vão finalizar a *joint venture*, criação de uma empresa única cujo nome mais cotado é Vivo. A nova empresa nasce com 13 milhões de clientes.

No mercado, comenta-se que, para a nova empresa, seria interessante comprar a Tele Centro Oeste Celular (TCO) e a Telemig Celular. Com essas aquisições, o grupo estaria em todas as regiões mais desenvolvidas do país, uma vez que a Portugal Telecom já atua em São Paulo, Santa Catarina e Paraná, e a Telefônica, no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe e Rio Grande do Sul.

Na opinião de um analista, a aceleração do processo de fusão pode indicar avanço em alguma negociação. “O início da operação da TIM não justifica a migração para o SMP”, disse, referindo-se às regras do Serviço Móvel Pessoal, cuja adoção permite que as operadoras realizem fusões antes de agosto de 2003. “É cedo para migração. O setor ainda estava negociando condições mais vantajosas no SMP. Só se o grupo ibérico encontrou um motivo melhor”, continua o analista. Ele completa a avaliação lembrando que a pressa não é baseada em apenas redução de custos com a fusão, uma vez que não deverá haver corte de pessoal, pois os empregados respondem por 6% dos gastos, e as estruturas são enxutas.

Caso os dois parceiros comprassem licenças das bandas D e E, fariam também uma opção tecnológica, o uso do GSM, a mesma tecnologia da Oi e da TIM. Mas os sócios pretendem continuar com a infra-estrutura CDMA. A idéia é avançar oferecendo soluções com maior capacidade de transmissão por meio da chamada rede de 2,5 geração, a tecnologia batizada de 1XRTT, que já está em uso na capital paulista e no Rio.

Caso a decisão do grupo ibérico de não aderir ao GSM seja definitiva, cai como uma ducha de água fria entre os fabricantes de sistemas com essa tecnologia, que apostavam em migração em massa para o padrão europeu após a entrada da TIM e da Oi. Para uma fonte que acompanha os planos do grupo ibérico, a opção pela permanência no CDMA leva em conta o fato de que, na Europa, a chamada terceira geração da telefonia celular segue evolução do CDMA.

Os acionistas do grupo ibérico estiveram reunidos na semana passada, em Madri, finalizando o acordo. A idéia é, até o final do mês, enviar à ANATEL o documento de migração para o SMP. Após a ANATEL, a documentação será encaminhada ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

O presidente do conselho de administração da nova empresa deverá ser Fernando Xavier, titular da Telefônica no país. O principal executivo será Francisco Padinha, da Portugal Telecom. Fernando Abella, da Telefônica, ficará com a área financeira. O comando operacional das empresas do grupo Telefônica deverá continuar com Paulo Cesar Teixeira e, da Portugal Telecom, com Gilson Rondinelli Filho, presidente da Telesp Celular e da Global Telecom.

Valor Econômico, 21/10/2002 (com adaptações).

Considerando as idéias apresentadas no texto acima, que têm caráter unicamente motivador, redija um discurso parlamentar, posicionando-se acerca do tema a seguir:

EVOLUÇÃO RECENTE DA TELEFONIA CELULAR NO BRASIL.

Em seu discurso, devem ser abordados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ o papel da telefonia celular no mercado de telecomunicações brasileiro;
- ▶ o cumprimento ou não dos objetivos e das metas para o setor de telefonia celular, conforme previsto nas diretrizes que regem a política de telecomunicações no Brasil;
- ▶ uma perspectiva geral do setor, caracterizando, de forma geral, o papel e o desempenho das empresas que atuam no setor;
- ▶ o desempenho das agências regulatórias, em especial a ANATEL;
- ▶ medidas que possam ser implementadas e que venham a contribuir para o desenvolvimento do setor de telefonia celular.

RASCUNHO PARA O TEXTO 2 – 1 / 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Atenção! Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 2**, é obrigatória a indicação do tema escolhido.

RASCUNHO PARA O TEXTO 2 – 2 / 2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Atenção! Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 2**, é obrigatória a indicação do tema escolhido.